

PREVIDÊNCIA

Jurídico apresenta balanço das ações do “efeito gangorra”

O seguro Jurídico da APCEF elaborou um balanço das atividades relacionadas ao chamado “efeito gangorra”, em 2009. Este processo movido pela APCEF contra o FUNCEF é referente ao pagamento de benefícios aos aposentados no período de 1996 a 2001. No total, a ação envolve 1.049 associados. Ao longo do decorrer do processo foram realizadas análises, estudos de cálculos e recolhimento de documentação. Desde o dia 28 de setembro foram realizadas 74 reuniões visando reunir todos os documentos necessários para a realização do cálculo do primeiro grupo da ação do “efeito gangorra”. As reuniões foram realizadas em Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo, Santa Maria, Santo Ângelo e Caxias do sul.

De acordo com o advogado Fábio Barbosa, a assessoria jurídica da APCEF fez contato direto e recolhimento de documentos de 746 associados e associadas. “Atendemos diversos casos de associados (as) integrantes da ação que haviam falecido. Seus filhos e filhas, viúvas e companheiras podem receber diferenças atrasadas referentes a esta ação”, explicou o advogado, lembrando que, para isso, basta aos familiares fazer

contato com a assessoria jurídica pelo fone 51 32159000.

A Assessoria jurídica informa ainda que foram realizadas diversas re-associações à Apcef e ao Seguro Jurídico, fato que demonstra o forte interesse de todos pelos serviços prestados pela associação. “Além da coleta de documentos, recadastramos todos os associados e associadas atendidos. Tal fato contribui para aprimorar a comunicação de todos com a associação”, disse Barbosa.

Casos Especiais

O advogado Fábio Barbosa explicou também que a APCEF vai recolher, nos próximos meses, os documentos daqueles que não puderam entregar os mesmos em virtude de problemas pessoais. “Todos aqueles que ainda não entregaram os documentos solicitados, poderão fazer contato com a Ângela pelo telefone 51 32681611 e usufruir desta grande vitória coletiva”, afirmou.

BUA - Benefício Único Antecipado.

A ação judicial proposta pela APCEF (confira a listagem em www.apcefrs.org).

br/jurídico), que visa à recuperação de diferenças decorrentes do pagamento do BUA, foi suspensa por 30 (trinta) dias para que a FUNCEF preste os esclarecimentos a respeito dos cálculos dos valores que pagou a cada um dos participantes. Ao

longo de dezembro e janeiro serão verificados os cálculos dos participantes da ação. Assim que ocorrer alguma novidade a respeito, a APCEF informará a todas e todos interessados.

VALORES RECUPERADOS PARA OS ASSOCIADOS. Até o presente momento podemos quantificar os seguintes montantes recuperados para associados e associadas da APCEF

ANO	MONTANTE (R\$)1
2003	944.595,00
2004	461.864,00
2005	390.903,00
2006	1.386.638,00
2007	1.719.560,00
2008	1.466.213,00
2009	2.315.475,00*
TOTAL ...	8.685.248,00

* DEZEMBRO/2009 ainda não finalizados até a realização deste levantamento.

RELAÇÕES DE TRABALHO

Caixa não cumpre compromisso de apresentar proposta para o PFG e desagrada trabalhadores

A Caixa mais uma vez não cumpriu o compromisso de apresentar a proposta completa para o novo Plano de Funções Gratificadas (PFG), limitando-se a apresentar as linhas gerais.

O esboço da proposta apresentada contém 15 níveis, com 15% de diferença entre eles, e acaba com as classes de filiais e mercados. Além disso, altera a nomenclatura dos cargos e os agrupa em 56 funções (antes eram 119), mantendo os quantitativos. Essa proposta também prevê o realinhamento hierárquico dos cargos, de acordo com a complexidade, a responsabilidade e as atribuições.

A migração para o PFG, seria automática. No entanto, a empresa pretende manter a discriminação aos empregados que optaram por continuar no Reg/Replan, impedindo sua migração para o novo plano.

A Caixa vincula a implantação do PFG a acordo com relação à jornada. A proposta da caixa é que algumas funções sejam de oito e outras de seis horas, mas com redução proporcional do salário.

Para Marcello Carrion, diretor de Relações de Trabalho da APCEF, esses dois pontos são contrários à proposta dos empregados: “mantemos a reivindicação da jornada de seis horas para todos os empregados, sem diminuição de salário, e não aceitamos a discriminação que os colegas que estão no reg/replan vem sofrendo”.

A empresa pretende ainda que a implantação do PFG conste em acordo coletivo.

Dirigentes e Delegados sindicais debatem alternativa

O PCC e o PCS igualmente foram

debatidos no encontro estadual de dirigentes e delegados sindicais da Caixa Econômica Federal, realizado no dia 11 de dezembro na Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul (FEEB/RS).

Pela manhã, os participantes realizaram balanço da campanha salarial. Após, ocorreu a apresentação do trabalho do GT PCC/PFG Caixa composto por representantes da APCEF, dos Delegados Sindicais, do Sindbancários e da FEEB/RS. O grupo conta ainda com a assessoria de profissionais da UFRGS.

Os delegados discutiram e aprovaram os princípios da alternativa construída pelo GT, que aproveitou elementos da proposta de Plano de Carreira desenvolvida ano passado e que ficou conhecida como PLACAR.

O estudo separou em três conjuntos as funções comissionadas do atual PCC.

Com exceção do que se entende como funções de confiança de caráter estratégico (superintendente, por exemplo) todo o ingresso em cargo comissionado deve ser realizado por PSI, e ter critérios objetivos também para a perda da função:

Funções Gratificadas de Confiança: atividades estratégicas, valor fixo, nomeação e destituição pelo gestor

Funções Gratificadas de Coordenação e Assessoria: valor fixo, ingresso por PSI e avaliação periódica da equipe de trabalho e gestor superior

Funções Gratificadas Técnicas: ingresso por PSI, crescimento horizontal por desempenho e/ou capacitação, caráter permanente

O Encontro de Delegados também tirou como eixo fundamental para 2010 a luta dos empregados pós-98 pela Isonomia.